

COGJUS

Laboratório de
Ensino e Pesquisa
em Cognição e Justiça

RELATÓRIO DE IMPACTO 2025

EXPEDIENTE

REDAÇÃO

WILLIAM WEBER CECCONELLO

LILIAN MILNISTKY STEIN

DENIS LINO

FERNANDO HENRIQUE GUZZI

MÔNICA BERNARDES

ARIELLE SAGRILLO SCARPATTI

QUEM SOMOS

PESQUISADORES RESPONSÁVEIS

WILLIAM CECCONELLO

COORDENADOR

Doutor em Psicologia Cognitiva. Coordena e monitora a implementação dos projetos. Articula parcerias nacionais e internacionais.

LILIAN STEIN

PESQUISADORA SÊNIOR

Doutora em Psicologia. Supervisiona o desenvolvimento de currículos, pesquisas e treinamentos.

PESQUISADORES ASSOCIADOS

DENIS LINO

COORDENADOR DE PESQUISA E SUPERVISÃO

Doutor em Psicologia. Planeja e conduz pesquisas e apoia a elaboração de práticas pedagógicas

FERNANDO GUZZI

SUPERVISOR DE CONTEÚDO E TREINAMENTO

Mestre em Direito. Delegado de Polícia Civil. Cria e revisa materiais de capacitação, atua na condução de treinamentos.

ARIELLE SCARPATI

ESPECIALISTA EM CRIMES DE GÊNERO

Doutora em Psicologia Forense. Desenvolve materiais sobre trauma e gênero, auxilia na condução de treinamentos e eventos.

MÔNICA BERNARDES

ANALISTA DE PROJETOS E TREINAMENTOS

Mestra em Psicologia. Atua no desenvolvimento de materiais, pesquisas voltados à entrevista investigativa, bem como suporte técnico de treinamentos.

FELIPE DA VEIGA DIAS

ESPECIALISTA EM DIREITO E CRIMINOLOGIA

Pós-Doutor em Ciências Criminais. Avalia e monitora a implementação da Entrevista Investigativa, com foco em conformidade legal, qualidade das práticas e impactos no sistema de justiça.

EMANUÉLLY KATZER

ASSISTENTE DE PROJETOS

Psicóloga. Apoio técnico a treinamentos, produção e revisão de materiais e apoio na organização de eventos.

APRESENTAÇÃO

No CogJus – Laboratório de Ensino e Pesquisa em Cognição e Justiça – temos como missão fomentar e consolidar o uso de práticas baseadas em evidências para **qualificar as interações do sistema de justiça e segurança pública com vítimas, testemunhas e pessoas suspeitas**, promovendo procedimentos mais éticos, eficazes e alinhados aos direitos humanos.

O Cogjus foi fundado em 2021 como um projeto vinculado à Fundação Meridional, em colaboração com o Norwegian Centre for Human Rights (NCHR), da Noruega. Ao longo dos anos ampliamos nossa atuação e hoje somos também uma ONG e um grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Atitus Educação.

Nosso trabalho envolve **o diálogo contínuo entre pesquisadores e profissionais do Sistema de Justiça e Segurança Pública**, com o objetivo de implementar e aprimorar procedimentos de oitivas, interrogatórios e reconhecimento de pessoas com base em evidências. Nossas atividades se concentram na promoção de capacitações técnicas, no desenvolvimento de pesquisas aplicadas e na criação de redes voltadas à troca de conhecimentos e experiências, sempre alinhadas às realidades nacionais, fundamentadas na ciência e nos princípios de direitos humanos. Além dos treinamentos especializados, produzimos materiais didáticos e organizamos eventos que articulam teoria e prática, contribuindo para a qualificação das ações dos profissionais que atuam no sistema.

Neste relatório, apresentamos os principais avanços, ações e resultados obtidos em 2025, possíveis pela parceria com o Norwegian Centre for Human Rights (NCHR), policiais civis de diferentes estados do Brasil e demais instituições. Além de promover a transparência de nossas práticas, buscamos oferecer informações relevantes a diferentes públicos de interesse e contribuir para a disseminação de práticas investigativas éticas, eficazes e alinhadas aos Princípios Méndez, reafirmando nosso compromisso com o **fortalecimento de um sistema de Justiça e Segurança mais qualificado no Brasil**.

Por que precisamos do diálogo entre Cognição e Justiça?



Vítimas, testemunhas e pessoas suspeitas são fontes essenciais de informação para o Sistema de Justiça e Segurança Pública. Por meio de oitivas, interrogatórios e procedimentos de reconhecimento de pessoas, são produzidas informações fundamentais para a investigação e julgamento de fatos. Esses relatos podem influenciar diretamente decisões judiciais e ter impactos profundos na vida dos envolvidos. Nesse contexto, a **qualidade e a confiabilidade das provas dependentes da memória obtidas em oitivas, interrogatórios e reconhecimentos estão diretamente ligadas à forma como são coletadas.**

Perguntas mal formuladas durante uma oitiva ou interrogatório podem limitar o relato ou induzir respostas, comprometendo a veracidade das informações. Técnicas inadequadas de entrevista também podem favorecer a formação de falsas memórias e relatos imprecisos, ou mesmo induzir suspeitos inocentes a confessar crimes que não cometeram. Décadas de pesquisa indicam que a ausência de protocolos padronizados e de treinamentos baseados em evidências científicas contribui para práticas prejudiciais, como o uso de perguntas sugestivas e a práticas que violam direitos fundamentais¹²³

¹Denault, V., & Talwar, V. (2023). From criminal interrogations to investigative interviews: A bibliometric study. *Frontiers in Psychology*, 14, 1175856.

²Associação de Prevenção a Tortura (2021). Princípios sobre Entrevistas Eficazes para Investigação e Coleta de Informações. https://www.apt.ch/sites/default/files/publications/apt_PoEI_POR_03.pdf

³Milne, R., & Bull, R. H. (Eds.). (2025). *Investigative interviewing: Psychology and practice*. John Wiley & Sons.

Procedimentos falhos também são frequentes no reconhecimento de pessoas. Em uma análise de mais de 300 casos de condenações injustas, estima-se que em 70% o falso reconhecimento foi utilizado como elemento no conjunto probatório que levou à condenação⁴. De forma similar, no Brasil, um relatório da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro mostrou que, em apenas um ano, 58 pessoas inocentes, sendo 70% delas negras, foram indevidamente reconhecidas como autoras de crimes que não cometeram⁵.

Erros em oitivas, interrogatórios e reconhecimentos vêm sendo estudados há mais de cinco décadas por pesquisadores internacionais. Esse extenso corpo de evidências, ancorado na Psicologia Cognitiva, aponta os procedimentos que aumentam o risco de erro e aqueles que favorecem a obtenção de provas mais confiáveis. A Psicologia Cognitiva investiga como indivíduos percebem, processam, compreendem e recordam informações, sejam elas vítimas, testemunhas, suspeitos ou mesmo profissionais do sistema de justiça e segurança pública.

A aplicação dos conhecimentos da Psicologia Cognitiva tem promovido mudanças significativas em sistemas de justiça ao redor do mundo, com a criação de protocolos, normativas e treinamentos ancorados em evidências científicas e direitos humanos. No Brasil, o CogJus atua justamente para **impulsionar esse diálogo transformador entre cognição e justiça, promovendo a adoção de práticas investigativas mais eficazes**. Para oitivas e interrogatórios, o CogJus propõe a substituição de métodos coercitivos e de perguntas sugestivas pela Entrevista Investigativa, uma abordagem baseada na construção de confiança (rapport) e questionamentos eficazes. Essa mudança de paradigma busca não apenas fortalecer a atuação policial, mas também assegurar o respeito ao devido processo legal, tendo sido recomendada por pesquisadores/as de diversos países e organizações internacionais, tais como a Associação para a Prevenção da Tortura (APT), por meio dos Princípios sobre Entrevistas Eficazes para Investigação e Coleta de Informações (Princípios Méndez), que estabeleceram parâmetros internacionais para entrevistas investigativas eficazes, não coercitivas e alinhadas aos direitos humanos.

⁴West, E., & Meterko, V. (2015). Innocence project: dna exonerations, 1989-2014: Review of data and findings from the first 25 years. *Albany Law Review*, 79(3), 717-795.

⁵Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. (2021). Relatório revela 58 acusados injustamente identificados por engano. <https://www.defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/10660>



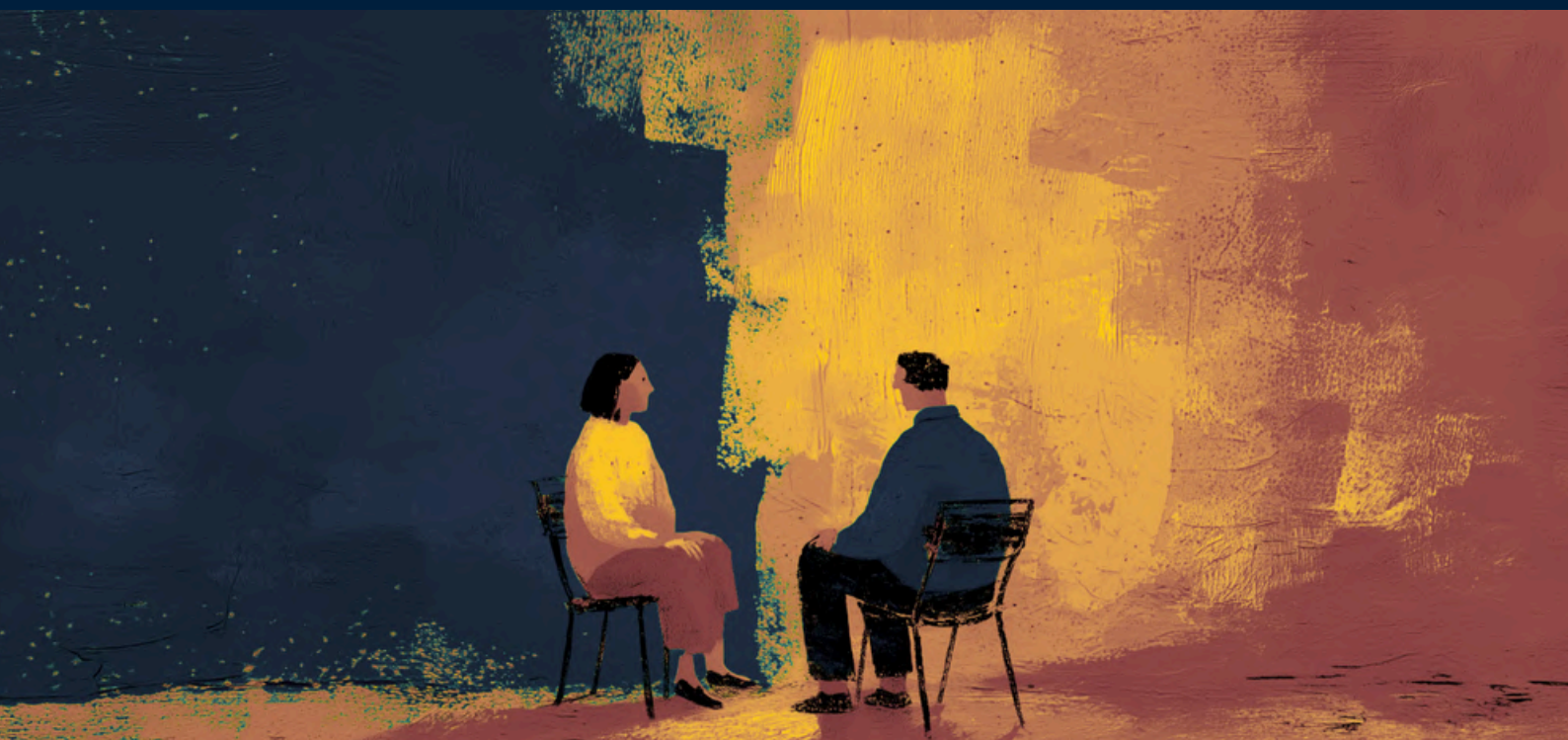
Além das entrevistas investigativas, o CogJus também defende a aplicação de métodos científicos para o **Reconhecimento de Pessoas**, provas que são obtidas por meio da memória de testemunhas e frequentemente associadas a falhas na condução dos procedimentos. A mudança nos procedimentos inclui passar por sua padronização com base em métodos testados internacionalmente, indo desde as instruções fornecidas até a forma como os suspeitos são apresentados e as respostas são registradas. Estas práticas, fundamentadas em evidências científicas, estão alinhadas com normativas nacionais recentes, como a Resolução nº 484 do Conselho Nacional de Justiça e a Portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública nº 1.122 acerca do reconhecimento de pessoas no âmbito da polícia judiciária.

A atualização e padronização dos procedimentos, com base na ciência da Psicologia Cognitiva e do Testemunho, representam um caminho concreto para um sistema mais justo e eficaz. A experiência internacional comprova a efetividade dessas práticas, que agora ganham força no Brasil por meio da **colaboração entre pesquisadores, profissionais da justiça e da segurança pública**. A oferta de treinamentos regulares e fundamentados na ciência contribui para a consolidação de um sistema que respeita os direitos humanos e promove eficácia na aplicação da lei.

Introdução

O ano de 2025 marca uma etapa de consolidação do nosso principal foco: a **Disseminação da Entrevista Investigativa no Brasil**, uma iniciativa conjunta do Norwegian Centre for Human Rights (NCHR), da Fundação Meridional e do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Cognição e Justiça (CogJus). Desde 2021, o CogJus vem atuando na disseminação da Entrevista Investigativa e de procedimentos baseados em evidências para o reconhecimento de pessoas, em um contexto marcado por ausência de diretrizes nacionais específicas para oitivas e interrogatórios, uso de métodos focados em confissão e com pouco respaldo científico. Desde 2023 o CogJus tem tornado público seus relatórios de impacto que podem ser encontrados em nosso site (cogjus.com).

Nesse contexto, o relatório de 2025 descreve a transição para uma etapa de ampliação, consolidação e avaliação sistemática das ações. Ao longo dos eixos de atuação, são apresentados avanços na formação inicial e avançada em Entrevista Investigativa, no fortalecimento do GPS, na expansão e avaliação empírica das formações em reconhecimento de pessoas, na cooperação com o Ministério da Justiça, na realização de seminários interinstitucionais e na produção e distribuição de materiais didáticos. Em conjunto, esses resultados evidenciam um movimento de expansão, com a ampliação da adesão de novos estados e a produção de evidências de efetividade.



SUMÁRIO

01

EIXOS E AÇÕES

1.1

GRUPO DE
PROFESSORES SUPERVISORES

1.2

TREINAMENTO DE NÍVEL 1 E
FORMAÇÃO DE INSTRUTORES

1.3

FORMAÇÃO
AVANÇADA

1.4

TREINAMENTO EM
RECONHECIMENTO DE
PESSOAS

1.5

SEMINÁRIOS
INTERINSTITUCIONAIS

1.6

PARTICIPAÇÃO EM
EVENTOS

02

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 Eixos e ações

Os objetivos de 2025 foram organizados em eixos que articulam, de forma integrada, as nossas ações. Cada eixo descreve seus objetivos, ações e resultados, de modo a contribuir diretamente para o resultado esperado: a integração abrangente de técnicas investigativas éticas e eficazes na aplicação da lei no Brasil, com o engajamento ativo das academias de polícia e alinhamento aos padrões de direitos humanos. As seções a seguir apresentam esses eixos.

1.1. Grupo de Professores Supervisores



Fonte: Academia de Polícia Civil de São Paulo

O Grupo de Professores Supervisores (GPS) é uma rede nacional de instrutores de academias de polícia estaduais, com papel estratégico na **multiplicação da Entrevista Investigativa** dentro das instituições públicas. O GPS atua como elo entre o CogJus e os estados, adaptando as formações às realidades locais e fornecendo apoio aos instrutores. O grupo também funciona como espaço de troca de experiências, apoio pedagógico e construção colaborativa de materiais de ensino. Em 2025, o GPS reuniu participantes das cinco regiões do país, com presença em 24 estados.

Resultados

Ampliação do grupo

Em 2025, o GPS consolidou-se como uma rede nacional com 52 participantes, presença nas cinco regiões do país e atuação em 24 estados, superando a meta prevista para o ano. O grupo reuniu profissionais de diferentes carreiras, como delegados, escrivães, agentes e psicólogos, sendo 43% de mulheres e 57% de homens.

Grupos de estudos temáticos

Como parte das atividades formativas do primeiro semestre de 2025, foram realizados grupos de estudo temáticos voltados ao aprofundamento dos fundamentos da Entrevista Investigativa e ao apoio aos instrutores. Os encontros abordaram aspectos jurídicos, históricos e científicos relacionados ao tema, com destaque para memória e falsas memórias. As discussões auxiliaram na criação de um material de apoio aos instrutores, com objetivo de ser uma ferramenta de base para a preparação das aulas dos cursos de entrevista investigativa nos estados. Nesse sentido, a iniciativa reforçou a base científica e ética dos instrutores do GPS e articulou teoria e prática na formação de entrevistadores.

Avanços regionais

Região Norte: Acre e Tocantins avançaram principalmente na oferta de formação inicial em Entrevista Investigativa. As capacitações realizadas em 2025 funcionaram como porta de entrada para o currículo comum e para o uso de materiais padronizados do CogJus.

Região Nordeste: os avanços foram expressivos em termos de alcance numérico e diversificação de estratégias. Bahia, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe consolidaram a Entrevista Investigativa como conteúdo estruturante nos cursos de formação e, em alguns casos, na formação continuada.

Região Centro-Oeste: Em Goiás, as capacitações deram continuidade a um trabalho que já vinha sendo utilizado como laboratório para avaliar a efetividade do módulo alinhado aos Princípios de Méndez na formação inicial. Em Mato Grosso do Sul, uma formação online disseminou conhecimento sobre Entrevista Investigativa em investigações complexas, incluindo aquelas que envolvem organizações criminosas.

Região Sudeste: São Paulo destacou-se na implementação da formação em níveis. Em 2025, incluindo formação em Nível I (formação inicial) e Nível II (formação continuada, com foco em prática supervisionada). Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais concentraram esforços na consolidação da Entrevista Investigativa nos cursos de formação inicial, buscando alinhar gradualmente suas matrizes ao currículo comum e preparar para incorporar formações avançadas e módulos especializados.

Região Sul: o Paraná apresentou números robustos de profissionais capacitados em 2025, mantendo o foco na formação inicial e na disseminação dos princípios básicos da Entrevista Investigativa. Santa Catarina se destacou na oferta de treinamentos de Entrevista Investigativa com supervisão de casos reais.



Número de profissionais capacitados em Entrevista Investigativa por membros do GPS (estado e região)



Em 2023 e 2024, esses objetivos começaram a ser alcançados de forma sistemática, com treinamentos que alcançaram 4.665 profissionais em 2023 e 6.242 em 2024, utilizando materiais padronizados desenvolvidos pelo CogJus e aplicados por instrutores vinculados ao GPS. Com os resultados de 2025, que somaram **5.230 profissionais** capacitados, o total alcançado pelo projeto entre 2023 e 2025 chega a 16.137 profissionais.

1.2. Treinamento de Nível 1 e formação de instrutores

Contexto e objetivos

Em 2025, o CogJus concentrou esforços na consolidação de uma sugestão de currículo unificado de Entrevista Investigativa, estruturado em **níveis progressivos** e alinhado a evidências científicas e aos direitos humanos.

A partir da realização de um seminário nacional, reuniões técnicas e diálogo com academias de polícia, instituições do sistema de justiça e Grupos de Professores Supervisores, foi definido um modelo formativo escalonado, no qual o Nível 1 se volta aos fundamentos conceituais da técnica, o Nível 2 ao desenvolvimento de habilidades práticas e o Nível 3 a contextos especializados e à supervisão de casos reais. Esse processo buscou assegurar maior consistência, padronização e progressividade na formação policial, ao mesmo tempo em que respondeu à necessidade de estabelecer referências comuns para o ensino da Entrevista Investigativa no país.

Instrumento de avaliação de aprendizagem do nível 1

Em 2025, foi desenvolvido e aplicado um instrumento nacional padronizado para avaliar a aprendizagem no Nível 1 de Entrevista Investigativa, com base em evidências científicas da área e da Psicologia do Testemunho. Composto por questões objetivas de múltipla escolha, o teste mediu a compreensão dos participantes em seis eixos centrais da formação e foi aplicado em diferentes contextos formativos em São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, totalizando 934 respostas. Os resultados mostraram que o instrumento foi capaz de comparar desempenhos entre estados, formatos e públicos distintos, além de evidenciar ganhos significativos de aprendizagem, como no caso da PCSP, em que a média passou de 6,63 para 7,79 e a taxa de aprovação de 32,8% para 70% após a formação. Entre os grupos analisados, a FITE apresentou desempenho superior, com média de 9,50 e aprovação de 100%, reforçando tanto a efetividade do modelo formativo quanto a utilidade do teste como ferramenta de monitoramento e padronização da avaliação.

Desempenho médio e taxa de aprovação por formação e modelo de curso

PCPR

Presencial – Formação inicial
(8h/a)

7,87 (DP = 1,21)
de nota média

73,4% em taxa de
aprovação*

PCMS

Remoto – Educação continuada
(5h/a)

8,12 (DP = 1,74)
de nota média

73,4% em taxa de
aprovação*

PCSP

(pré-teste)

Presencial – Formação inicial
(8h/a)

6,63 (DP = 1,49)
de nota média

32,8% em taxa de
aprovação*

PCSP

(pós-teste)

Presencial – Formação inicial
(8h/a)

7,79 (DP = 1,49)
de nota média

70% em taxa de
aprovação*

FITE

(pré-teste)

Remoto – Formação de instrutores
(30h/a)

7,82 (DP = 1,83)
de nota média

74,3% em taxa de
aprovação*

FITE

(pós-teste)

Remoto – Formação de instrutores
(30h/a)

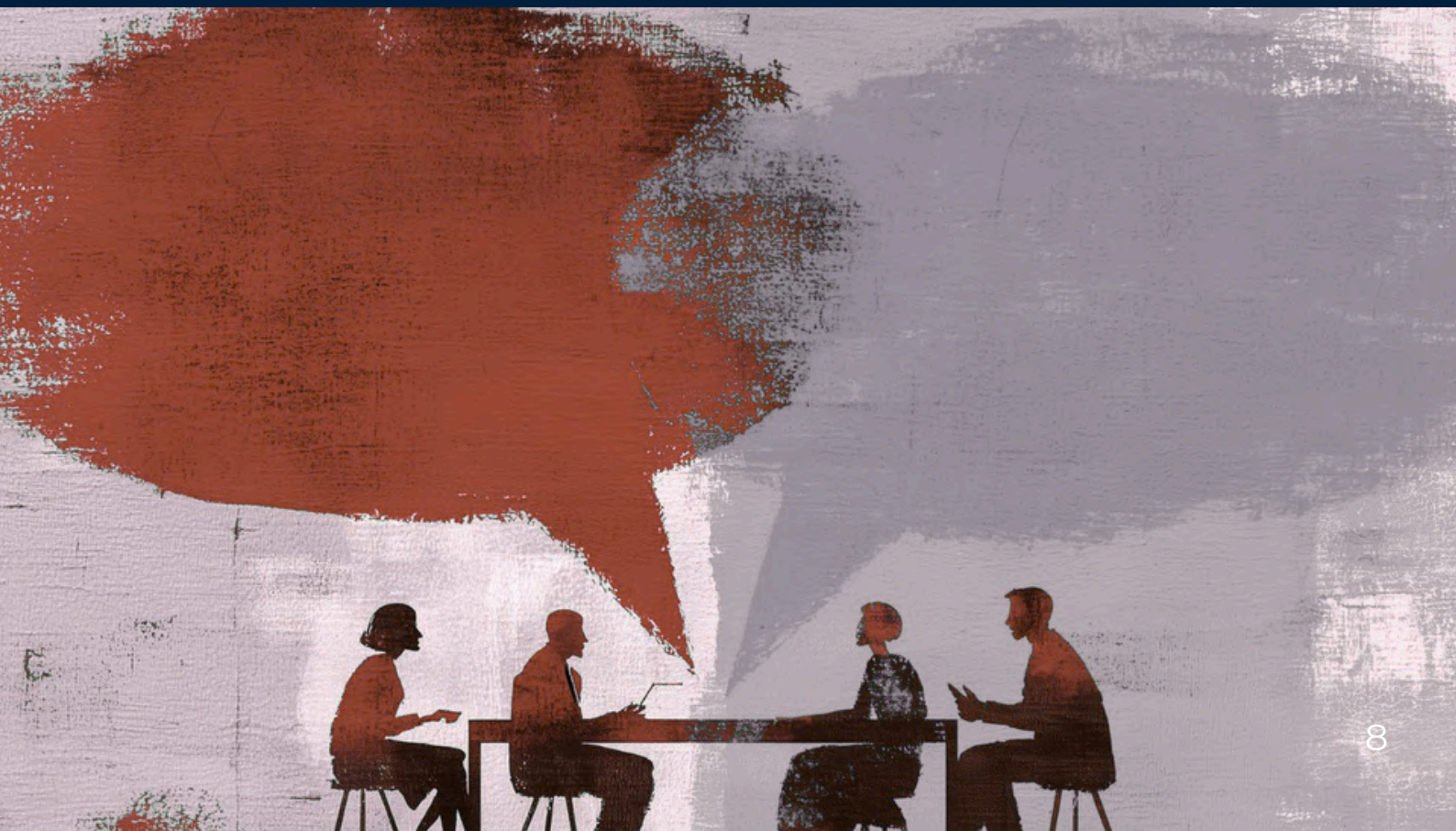
9,50 (DP = 0,60)
de nota média

100% em taxa de
aprovação*

Formação Inicial em Técnicas de Entrevista Investigativa (FiTE)

Em 2025, o CogJus promoveu mais uma edição online da Formação Inicial em Técnicas de Entrevista Investigativa (FiTE), voltada a profissionais das Polícias Cíveis com interesse institucional em atuar como **multiplicadores** da temática em seus estados. A FiTE foi concebida como uma formação introdutória para apresentar os fundamentos científicos, éticos e técnicos da Entrevista Investigativa a policiais que possam posteriormente contribuir para a difusão desse conteúdo em academias e escolas de polícia.

Mais do que um curso inicial, a formação integra a estratégia do CogJus de consolidar uma rede nacional de profissionais capacitados para apoiar a implementação de práticas de entrevista investigativa alinhadas às evidências científicas e aos direitos humanos. Em 2025, **a iniciativa alcançou representantes de 21 estados** e também representantes da Polícia Federal, com resultados positivos de aprendizagem no teste de Nível 1.



Participação em formações presenciais



Denis Lino
Doutor em Psicologia Cognitiva na Universidade Federal
Mestre em Psicologia Forense e Investigativa pela Universidade de Liverpool
Membro do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Cognição e Justiça (CogJus)
Autor/Organizador dos livros e artigos em Psicologia Investigativa

A convite da Escola Superior da **Polícia Civil de Alagoas**, nossos/as pesquisadores/as ministraram uma formação voltada à coleta de provas dependentes da memória, abrangendo Entrevista Investigativa e Reconhecimento de Pessoas.

Ao longo de uma semana, cerca de 70 policiais participaram de um curso de dois dias, que combinou conteúdos teóricos, atividades práticas e análise de entrevistas e de casos reais. Toda a formação foi realizada em parceria com Lucimério Campos, delegado do estado de Alagoas, capacitado pela CogJus em 2024 e atualmente parceiro institucional do projeto.



1.3. Formação avançada



Em 2025, o eixo de formação avançada teve como objetivo desenvolver e testar um modelo de curso de Nível 2 em Entrevista Investigativa, voltado a policiais em atuação e centrado na prática.



A proposta buscou qualificar profissionais para lidar com situações mais complexas, como entrevistas com suspeitos não cooperativos, uso de gravação audiovisual e supervisão estruturada, sempre em alinhamento com os Princípios de Méndez, os direitos humanos e as evidências da Psicologia do Testemunho.

Além de formar um grupo inicial de policiais em técnicas avançadas, a iniciativa também visou consolidar um currículo comum para cursos presenciais com prática intensiva, produzindo evidências e materiais que possam ser adaptados e replicados por diferentes academias de polícia nos próximos anos.

Formação avançada em Santa Catarina

A formação em Entrevista Investigativa, realizada presencialmente em Joaçaba/SC, contou com a participação de 21 policiais civis, sendo ministrada por professores da Acadepol/SC e CogJus. A programação articulou conteúdos teórico-práticos, atividades simuladas e etapas de supervisão, possibilitando o desenvolvimento progressivo de competências relacionadas à condução da entrevista investigativa.

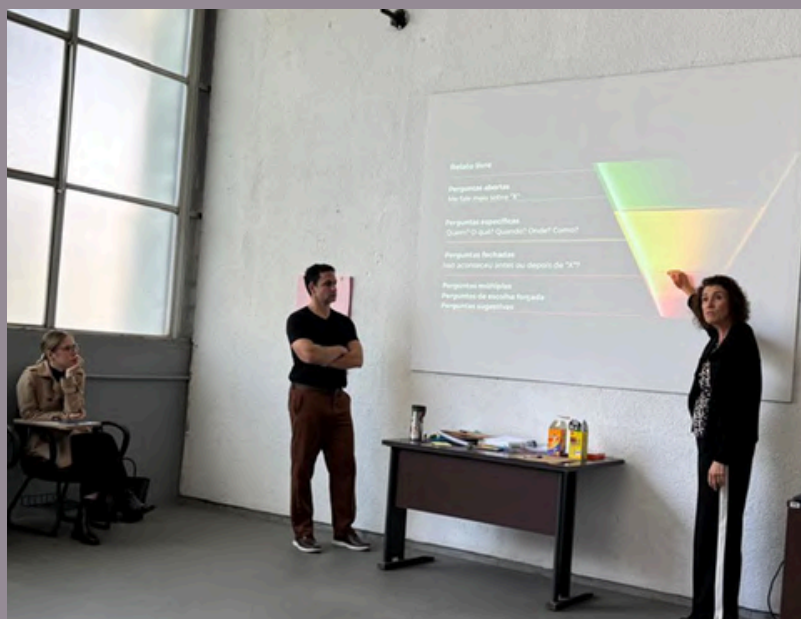


Fonte: Academia de Polícia Civil de Santa Catarina

De forma geral, a formação contribuiu para o aprimoramento técnico dos participantes e para o fortalecimento de uma cultura institucional alinhada às boas práticas internacionais e à garantia de direitos das pessoas ouvidas.

Formação avançada em São Paulo

A formação avançada em Entrevista Investigativa realizada em São Paulo foi estruturada como curso piloto, com o objetivo de testar a viabilidade de um currículo introdutório de 24 horas-aula distribuídas em três dias consecutivos, reunindo 18 policiais.





A programação combinou momentos expositivos e atividades práticas guiadas, com ênfase em simulações e feedback estruturado, de modo a possibilitar a compreensão dos fundamentos teóricos da Entrevista Investigativa e a aplicação supervisionada de seus componentes essenciais.

Ao final do curso em São Paulo, os participantes responderam a um formulário de autoavaliação, cujas respostas foram analisadas tematicamente com o objetivo de identificar competências desenvolvidas, aspectos a serem aprimorados, mudanças na compreensão do papel da entrevista e nível de confiança para sua condução.

De modo geral, os resultados indicaram avanços na assimilação de princípios centrais da Entrevista Investigativa, com destaque para a construção de rapport, a escuta ativa, o uso de perguntas abertas, a neutralidade da comunicação e a atenção à revisão de vieses, ao mesmo tempo em que evidenciaram maior consciência sobre desafios ainda presentes, como o controle emocional e a persistência de práticas mais diretivas. Em conjunto, os achados sugerem que a formação contribuiu para o fortalecimento de competências técnicas, éticas e comunicacionais e para o desenvolvimento de uma atuação mais reflexiva e alinhada às boas práticas.

Abaixo, são apresentados exemplos das percepções expressas pelos participantes ao longo da avaliação:

“A construção do rapport e a escuta ativa são os aspectos mais fortes durante a entrevista, pois considero que o entrevistado precisa sentir que está sendo ouvido e compreendido, o que facilita o relato espontâneo e reduz resistências” (P1).

“Aprendi a não tentar deduzir ou induzir o depoimento; devo coletar o máximo de informações possível em perguntas abertas antes de entrar nas perguntas fechadas” (P5).

“O recurso da gravação é libertador, pois me permite focar no que é primordial e irrepetível: a memória não sugestiva do entrevistado” (P18).

“Percebi que muitas vezes posso ter presumido o que aconteceu e ignorado outras possibilidades, por isso é importante checar hipóteses alternativas” (P19).



1.4. Treinamento em reconhecimento de pessoas

O treinamento em reconhecimento de pessoas é uma frente do projeto que visa qualificar as práticas da Polícia Civil brasileira por meio da adoção de procedimentos éticos, padronizados e baseados em evidências científicas, especialmente diante dos riscos de falsas identificações e erros judiciais.

A partir de um curso remoto estruturado em 2024, a formação entrou em fase de consolidação e avaliação empírica, mantendo sua oferta pela Academia de Polícia Civil de Santa Catarina e ampliando o alcance para participantes de diferentes estados.

Com currículo organizado em nove módulos, o curso articulou fundamentos sobre memória humana, variáveis que afetam o reconhecimento de pessoas e procedimentos recomendados desde a entrevista prévia até o registro da decisão e do grau de confiança da testemunha, em consonância com a Resolução CNJ n. 484/2022 e recomendações internacionais.

A metodologia combinou videoaulas, fóruns e exercícios práticos, com ênfase na aprendizagem ativa e na cadeia de custódia da memória. A formação também contou aplicação de instrumentos de pré e pós-teste para avaliar mudanças em conhecimentos, atitudes e práticas. Os resultados das simulações de reconhecimento de pessoas indicaram avanços consistentes na capacidade dos participantes de aplicar boas práticas nas diferentes etapas do procedimento.

Os dados da tabela abaixo apresentam um resumo dos resultados encontrados. É possível observar a proporção de participantes que realizaram reconhecimentos adequados após a formação, bem como informavam as instruções adequadas e evitaram feedbacks confirmatórios. Em conjunto, os resultados mostram que o treinamento fortaleceu a capacidade dos participantes de conduzir simulações de reconhecimento de forma mais alinhada às recomendações científicas e normativas legais.



Fonte: Vídeos dos materiais de treinamento CogJus

Resultados das simulações de reconhecimento de pessoas em um treinamento online

Realização de alinhamentos adequados

(suspeito apresentado em conjunto com não suspeitos semelhantes)

PÓS TREINAMENTO:

67% ↑

Instruções adequadas às testemunhas

Informar que o suspeito poderia não estar presente no alinhamento

PRÉ-TREINAMENTO: 37,8%

PÓS TREINAMENTO: **81,4% ↑**

Informar que a testemunha não era obrigada a identificar alguém

PRÉ-TREINAMENTO: 34,2%

PÓS TREINAMENTO: **74,7% ↑**

Informar que a investigação continuaria independentemente da decisão da testemunha

PRÉ-TREINAMENTO: 16,2%

PÓS TREINAMENTO: **58,6% ↑**

Feedback ao reconhecedor

Revelar quem era o suspeito após o reconhecimento dele

PÓS TREINAMENTO: **94% ↓**

Revelar quando a testemunha reconhecia um figurante.

PÓS TREINAMENTO: **75% ↓**

Além dos resultados de efetividade do treinamento, destaca-se a pesquisa de satisfação respondida pelos participantes ao final do curso. O feedback revelou uma percepção positiva por parte dos participantes. Os policiais destacaram a relevância das técnicas para a qualificação da prática profissional e a utilidade dos conteúdos para a condução de procedimentos de reconhecimento. Também foi recorrente a menção à intenção de disseminar os conhecimentos adquiridos junto a colegas nas unidades de atuação, indicando potencial de ampliação do impacto da formação.

O curso foi essencial para atualizar meus conhecimentos e práticas sobre o procedimento de reconhecimento de pessoas. Eu deveria ter feito muito antes, pois hoje percebo o quanto poderia ter atuado melhor nos procedimentos em que trabalhei. Compartilhei o conteúdo com colegas e, da minha parte, vou mudar a metodologia no local onde trabalho.

O curso é muito bom e considero essencial para todos os policiais. Deveria ser obrigatório.

De longe, um dos melhores cursos a distância que já fiz. Sempre tive curiosidade sobre o tema. Aprendi muito! Me senti realizado!

1.5. Seminários Interinstitucionais promovidos pelo CogJus

Seminário Nacional de Entrevista Investigativa

Entre 23 e 30 de abril de 2025, foram promovidos três eventos voltados ao fortalecimento da Entrevista Investigativa no Brasil, com apoio do Norwegian Centre for Human Rights, da Universidade de Oslo, e do UK-Brazil Global Talent Exchange Scheme: o II Seminário Nacional de Entrevista Investigativa, realizado em Recife e Florianópolis, o Seminário Internacional de Entrevista Investigativa, em Recife, e o Encontro Internacional de Entrevista Investigativa, em Florianópolis. As atividades reuniram mais de 40 instrutores e docentes de academias de polícia civil de 14 estados brasileiros, além de pesquisadores e representantes do sistema de justiça, em uma programação que integrou palestras, mesas-redondas, treinamentos práticos e debates orientados.

Os eventos também contaram com a participação de referências internacionais na área, como Rebecca Milne, Renan Saraiva e Susanne Hendrika Flølo, contribuindo para o aprofundamento de discussões sobre bases científicas, avaliação de impacto, sustentabilidade e perspectivas globais da Entrevista Investigativa.





Como principal resultado, os encontros favoreceram a construção preliminar de um marco nacional para a formação em Entrevista Investigativa estruturada em três níveis, conhecimentos teóricos, desenvolvimento de habilidades práticas e supervisão de entrevistas reais, inspirado no modelo adotado no Reino Unido. Além disso, avançou-se na discussão de indicadores para avaliação de impacto e engajamento, reforçando o papel do projeto na promoção de práticas éticas, científicas e sustentáveis junto às instituições de segurança pública.

Mesa-redonda: Salvaguardas legais e técnicas não coercitivas na investigação criminal

Em 13 de junho de 2025, a APT e o CogJus realizaram, em Brasília, uma mesa-redonda para promover os Princípios de Méndez e prevenir a tortura no sistema de justiça criminal brasileiro, com apoio de instituições nacionais e internacionais. O encontro reuniu atores do Judiciário, Ministério Público, polícias, defensorias, governo e sociedade civil para discutir entrevistas investigativas eficazes e não coercitivas. Os debates destacaram a importância de garantir salvaguardas legais nas primeiras horas de custódia, aprimorar a formação e supervisão de profissionais, fortalecer a integração entre instituições e padronizar práticas com atenção a gênero e raça, além de definir indicadores de qualidade e eficiência.



Como resultado, houve consenso sobre a necessidade de avançar na padronização de protocolos, qualificar o registro das entrevistas e criar mecanismos de monitoramento. Por fim, como desdobramento, APT e CogJus passaram a articular apoio técnico para o desenvolvimento de protocolos e programas de formação no país.

Encontro Internacional de Entrevista Investigativa: construção de modelos de ensino e cooperação

Nos dias 10 e 11 de novembro de 2025, foi realizado, na Academia de Polícia de São Paulo, o Encontro Internacional de Entrevista Investigativa, promovido pelo CogJus, ACADEPOL-SP, NCHR e CTI. A atividade reuniu 35 participantes de diferentes estados brasileiros e de países como Chile e Bahamas, além do especialista internacional Richard Kempshall, com o objetivo de fortalecer o ensino e a aplicação da Entrevista Investigativa (EI), promover a construção de modelos formativos por níveis e ampliar a cooperação interinstitucional.

O encontro resultou em alinhamentos sobre princípios e diretrizes pedagógicas para atuação com entrevistados não cooperativos e o fortalecimento da articulação entre academias e redes internacionais.



Fonte: Academia de Polícia Civil de São Paulo

Seminário técnico-interinstitucional: Avanços éticos e científicos em oitivas e interrogatórios no âmbito do Ministério Público

Em 12 de novembro de 2025, a Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, o IDDD, a APT/CTI e o CogJus realizaram, na sede do MP-SP, seminário técnico-interinstitucional voltado ao aprimoramento das práticas de coleta de depoimentos baseadas em evidências.



Fonte: [Escola Superior do Ministério Público de São Paulo](#)

O evento abordou o modelo PEACE/Entrevista Investigativa e a aplicação dos Princípios de Méndez em audiências e interrogatórios, com foco no fortalecimento da cadeia de custódia da prova dependente da memória.

1.6. Participação em eventos

Workshop sobre Entrevista Investigativa para Forças de Segurança (AIRCOP)

Entre 17 e 19 de março de 2025, foi realizado em Barbados o workshop “Investigative Interviewing for Law Enforcement Personnel within the AIRCOP Project”, reunindo representantes de países do

Caribe, além do UNODC, NCHR e CogJus. A atividade teve como objetivo alinhar práticas de Entrevista Investigativa a padrões compatíveis com direitos humanos, perspectiva de gênero e abordagem informada pelo trauma, combinando fundamentos científicos, troca de experiências internacionais e treinamento prático. O encontro também incluiu alinhamentos regionais sobre cooperação, supervisão e mecanismos de responsabilização no âmbito do AIRCOP.

Fonte: [United Nations](#)



Fonte: [United Nations](#)

Oficina em parceria com o Ministério do Trabalho e a UNODC

Em parceria com a Coordenação-Geral de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CGTRAE) e o United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), foi realizada, nos dias 14 e 15 de maio de 2025, a oficina “Entrevista Investigativa aplicada ao tráfico de pessoas e ao trabalho análogo à escravidão”, destinada à capacitação de aproximadamente 60 auditores-fiscais do trabalho. A atividade integrou a programação de celebração dos 30 anos do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, responsável pelo resgate de trabalhadores em condições análogas à escravidão no Brasil. O objetivo central foi aplicar a Entrevista Investigativa como ferramenta de escuta qualificada em contextos de vulnerabilidade e suspeita de tráfico de pessoas e trabalho escravo.



Como resultado, foi desenvolvido um manual de Entrevista Investigativa para auditores fiscais do trabalho, construído em conjunto com CogJus, membros do CGTRAE e UNODC. O material reuniu as melhores práticas internacionais e às especificidades desse contexto, fortalecendo a capacidade institucional de identificar e atender vítimas de forma humanizada e baseada em evidências.

ImpleMéndez Management Committee Meeting em Vilnius, Lithuania

Nos dias 4 e 5 de agosto de 2025, na Faculdade de Filosofia da Vilnius University (Lituânia), William Cecconello, do CogJus, participou das reuniões do Management Committee (MC) e do CIMP da Ação COST CA22128, no âmbito do projeto ImpleMéndez, voltado para disseminação e implementação dos Princípios Méndez. Nossa participação concentrou-se na transferência de evidências científicas para a prática formativa e operacional em Entrevista Investigativa, apresentando a experiência brasileira, especialmente a atuação conjunta com o Grupo de Professores Supervisores (GPS) e a parceria com a Polícia Civil na construção de currículo por níveis. Foram destacados aspectos como planejamento, condução e avaliação de entrevistas, com ênfase no registro audiovisual e na cadeia de custódia da memória.



Encontro nacional com gestores dos Departamentos de Homicídios

Entre 20 e 22 de agosto de 2025, o CogJus participou do evento promovido pelo Ministério da Justiça com gestores dos Departamentos de Homicídios de todos os estados, reunindo aproximadamente 30 diretores. Nesse contexto, o CogJus realizou apresentações temáticas sobre Entrevista Investigativa e Reconhecimento de Pessoas, enfatizando fundamentos da Psicologia do Testemunho, riscos de contaminação da memória, parâmetros para alinhamentos adequados, instruções neutras e registro do grau de confiança da testemunha. As discussões reforçaram a centralidade dessas práticas como elementos estruturantes da política de investigação de homicídios.



II Congresso de Goiás sobre Segurança Pública e Direitos Humanos




Fonte: Escola Superior da Polícia Civil de Goiás

Nos dias 24 e 25 de setembro, participamos do II Congresso de Goiás sobre Segurança Pública e Direitos Humanos, com foco no alinhamento regional do ensino e na difusão da Entrevista Investigativa (EI) no Centro-Oeste, além da sensibilização de delegados sobre sua aplicação no trabalho policial. O evento incluiu uma mesa-redonda com apresentação dos fundamentos do modelo PEACE e troca de experiências entre representantes de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, seguida de debate com o público. Como resultados, foram definidos um calendário de ações conjuntas para 2025–2026, diretrizes para padronização curricular, mecanismos de supervisão e o engajamento de lideranças policiais para expandir a EI de forma responsável e baseada em evidências.



Fonte: Escola Superior da Polícia Civil de Goiás

Workshop Regional da CTI sobre Salvaguardas nas Primeiras Horas de Detenção Policial



Entre 14 e 16 de outubro, o CogJus participou, em Santiago do Chile, do Workshop Regional da CTI sobre salvaguardas nas primeiras horas de detenção policial, que reuniu representantes de 16 países da América Latina e do Caribe para discutir boas práticas de prevenção à tortura. Representado pelo pesquisador Denis Lino, o CogJus apresentou a experiência brasileira na Entrevista Investigativa, abordando seus benefícios, desafios e impactos na qualificação das investigações. Também foram discutidas evidências sobre a baixa confiabilidade de informações obtidas por tortura e a importância do registro audiovisual como ferramenta de prevenção e formação. Como resultados, foram estabelecidos contatos para fortalecer a Rede Interamericana de Entrevista Investigativa, com interesse de Chile e Peru em parcerias e capacitação.

Seminário Internacional sobre Ciência, Tecnologia e Inovação em Segurança Pública (SICTI 2025)

O CogJus participou do VII Seminário Internacional sobre Ciência, Tecnologia e Inovação em Segurança Pública (SICTI 2025), realizado na Acadepol-SC. O evento contou com a participação de Ray Bull, da University of Leicester, reconhecido internacionalmente como referência no método PEACE. O evento a integração entre ciência psicológica e prática policial em um evento voltado a temas como inteligência artificial, cadeia de custódia e vestígios digitais. Além das atividades gerais, foi realizada uma roda de diálogo com professores da Acadepol para discutir estratégias de ensino e ampliação da Entrevista Investigativa na formação inicial e continuada. A participação destacou que avanços tecnológicos devem estar acompanhados de técnicas de entrevista éticas, estruturadas e avaliáveis, alinhadas aos Princípios de Méndez.

2º Congresso de Psicologia do Testemunho e Prova Penal

Nos dias 24 e 25 de novembro, o CogJus participou do 2º Congresso de Psicologia do Testemunho e Prova Penal, realizado na sede da AMAPAR, em Curitiba/PR. O evento reuniu magistrados, membros do Ministério Público, defensores, advogados, psicólogos e pesquisadores, sob coordenação dos juízes Marcel Ferreira dos Santos e Mayra dos Santos Zavattaro, com foco no diálogo interdisciplinar sobre a aplicação prática e teórica da Psicologia do Testemunho no contexto probatório. A programação contou com conferências e painéis temáticos sobre falsas memórias, depoimento especial, reconhecimento de pessoas e violência de gênero. Entre os palestrantes estiveram o professor Ray Bull e Janaína Rolandi Matida, que abordaram a análise crítica das provas dependentes da memória e a importância de protocolos baseados em evidências.





2. Considerações finais



O ano de 2025 representou, para o CogJus, a **consolidação** da **disseminação** de práticas baseadas em evidências na área de Entrevista investigativa e reconhecimento de pessoas. As ações desenvolvidas ao longo do período evidenciam esse movimento ao integrar **expansão territorial, padronização curricular, produção de evidências empíricas e fortalecimento de redes de cooperação nacionais e internacionais**.

A ampliação das formações, a consolidação do Grupo de Professores Supervisores como rede nacional ativa, a organização de um currículo em níveis e a implementação de instrumentos padronizados de avaliação evidenciam o avanço do CogJus na estruturação de um modelo formativo consistente e replicável, contribuindo para maior alinhamento técnico e institucional em um cenário historicamente marcado pela ausência de diretrizes nacionais e pela heterogeneidade das práticas. Nesse contexto, o desenvolvimento e a avaliação de treinamentos em Entrevista Investigativa e reconhecimento de pessoas demonstram a capacidade do laboratório de produzir evidências sobre impacto, qualificar práticas profissionais e reduzir riscos de erros, ao mesmo tempo em que sua articulação com instituições do sistema de justiça, o Ministério da Justiça e organismos internacionais reforça seu papel como elo entre produção científica, prática profissional e formulação de políticas públicas.

Os seminários, workshops e demais espaços interinstitucionais promovidos ao longo do ano contribuíram para o alinhamento de diretrizes, o engajamento de lideranças e a construção de consensos em torno de práticas investigativas éticas, não coercitivas e orientadas por direitos humanos. Esses processos indicam avanços importantes na criação de condições para a institucionalização das mudanças propostas.

Nesse contexto, 2025 pode ser compreendido como o ano de consolidação das bases de um modelo nacional de formação, supervisão e avaliação em Entrevista Investigativa. Além de aplicar a atuação, foi possível estruturar condições para a sustentabilidade e escalabilidade das ações, posicionando o projeto como ator estratégico na promoção de mudanças no sistema de justiça e segurança pública brasileiro. A partir desse marco, os desafios concentram-se no aprofundamento das iniciativas, com foco na consolidação de trilhas formativas completas, na ampliação da supervisão de casos reais, no fortalecimento da articulação com políticas públicas e na expansão da cobertura territorial, passos essenciais para a institucionalização e sustentabilidade dos avanços alcançados.

Mantenedores



UiO : Norwegian Centre for Human Rights
University of Oslo

FUNDAÇÃO
IMED

ATITUS
EDUCAÇÃO

Parceiros



United Nations
Office on Drugs and Crime

COGJUS

Laboratório de Ensino e Pesquisa em Cognição e Justiça

www.cogjus.com // contato@cogjus.com

[linkedin](#) // (@cogjus)

[instagram](#) // (@cogjus)